

The background is a solid red color. It features three large, white, abstract geometric shapes. The top shape is a long, thin parallelogram slanted downwards from left to right. The middle shape is a horizontal rectangle. The bottom shape is a large parallelogram slanted upwards from left to right, partially overlapping the bottom edge of the page.

Assuruá 1 Energia S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice

BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO	9
3. GESTÃO DE RISCOS	14
4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS	17
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	18
6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES.....	19
7. INVESTIMENTOS	20
8. IMOBILIZADO	21
9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	22
10. FORNECEDORES	25
11. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES.....	26
12. PARTES RELACIONADAS	26
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	27
14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28
15. CUSTOS DA OPERAÇÃO E COMPRA DE ENERGIA	29
16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS.....	29
17. RESULTADO FINANCEIRO	30
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	30
19. LAJIDA - LUCROS ANTES DE JUROS, IMPOSTOS, DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO / EBITDA - EARNINGS BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION	31
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	31

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	Controlador		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	97	92	32.568	32.212
Clientes	5	-	-	4.718	7.494
Outros créditos	6	2.409	196	17.510	1.700
		2.506	288	54.796	41.406
Não circulante					
Caixa restrito	4	1	1	17.492	11.954
IRPJ e CSLL diferidos		-	-	202	-
Outros créditos	6	-	-	1.934	1.812
		1	1	19.628	13.766
Investimentos	7	275.535	275.040	-	-
Imobilizado	8	-	-	325.451	343.951
Intangível		-	-	259	411
		275.535	275.040	325.710	344.362
		275.536	275.041	345.338	358.128
Total do ativo		278.042	275.329	400.134	399.534
Passivo e Patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	10	--	-	3.194	4.983
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	5.088	2.504	15.280	12.012
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	141	141	1.839	1.426
Outras obrigações	11	3.372	3.372	4.949	416
		8.601	6.017	25.262	18.837
Não circulante					
Fornecedores	10	-	-	9.065	6.289
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	32.791	35.853	129.421	141.088
IRPJ e CSLL diferidos		-	-	323	-
Outras obrigações	11	1.993	1.463	1.406	1.324
		34.784	37.316	140.215	148.701
Total do passivo		43.385	43.333	165.477	167.538
Patrimônio líquido					
Capital social	13	248.370	310.437	248.370	310.437
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	100	-	100
Reservas de lucro		(13.713)	(78.541)	(13.713)	(78.541)
Total do patrimônio líquido		234.657	231.996	234.657	231.996
Total do passivo e patrimônio líquido		278.042	275.329	400.134	399.534

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração de resultados do exercício findo em 31 dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	14	-	-	65.618	52.126
Custos da operação e compra de energia	15	-	-	(42.633)	(37.154)
Lucro bruto		-	-	22.985	14.972
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	16	(4)	(7)	(3.144)	(1.301)
Outras receitas (despesas) operacionais		-		(553)	(1)
Resultado de equivalência patrimonial	7	8.384	2.457	-	-
		8.380	2.450	(3.697)	(1.302)
Resultado operacional		8.380	2.461	19.288	13.670
Receitas financeiras	17	10	5	4.176	4.445
Despesas financeiras	17	(5.729)	(5.653)	(17.110)	(17.924)
		(5.719)	(5.648)	(12.934)	(13.479)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		2.661	(3.187)	6.354	191
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(3.693)	(3.378)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		2.661	(3.187)	2.661	(3.187)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes do exercício findo em 31 dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.660	(3.187)	2.660	(3.187)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	2.660	(3.187)	2.660	(3.187)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC")	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	310.317	120	(75.354)	235.083
Transações com acionistas				
Integralização de AFAC	120	(120)	-	-
AFAC	-	100	-	100
Prejuízo do exercício	-	-	(3.187)	(3.187)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	310.437	100	(78.541)	231.996
Transações com acionistas				
Integralização de AFAC	100	(100)	-	-
Redução de capital	(62.167)	-	62.167	-
Lucro do exercício	-	-	2.661	2.661
Saldos em 31 de dezembro de 2024	248.370	-	(13.713)	234.657

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.660	(3.187)	6.353	191
Ajustes:				
Depreciação e amortização	-	-	19.443	19.330
Resultado de equivalência patrimonial	(8.384)	(2.457)	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures	4.919	4.859	15.498	16.147
Receita financeira de aplicações financeiras	(6)	(2)	(4.187)	(4.414)
Baixa de ativo imobilizado	-	-	-	62
Amortização custo de captação	182	135	181	136
	(629)	(652)	37.288	31.451
(Aumento) redução nos ativos				
Cientes	-	-	(194)	(2.093)
Outros créditos	98	(3)	(13.146)	130
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	-	-	1.977	3.124
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	(11)	413	248
Partes relacionadas	530	557	1.846	(78)
Outras contas a pagar	-	-	1.780	(89)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	(1)	(109)	29.964	32.693
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(3.773)	(3.388)	(13.310)	(13.525)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(3.388)	(3.306)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(3.774)	(3.497)	13.266	15.862
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis	-	-	(791)	(482)
Redução de capital em controladas	5.579	5.015	-	-
Aplicações financeiras – caixa restrito	6	6	(1.351)	5.807
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	5.585	5.021	(2.142)	5.325
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de principal - empréstimos e financiamentos	(1.806)	(1.626)	(10.768)	(9.851)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	100	-	100
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(1.806)	(1.526)	(10.768)	(9.751)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	5	(2)	356	11.436
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	92	94	32.212	20.776
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	97	92	32.568	32.212

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Assuruá 1 Energia S.A. (“Controladora”, “Companhia” ou “Assuruá 1”), anteriormente denominada CEA I – Centrais Eólicas Assuruá I SPE S.A., é uma sociedade por ações de capital fechado sediada em São Paulo (SP). A Assuruá 1 é controlada integral pela Assuruá Energia S.A.

Fundada em 2015, a Assuruá 1 é uma companhia que detém participação em ativos de geração de energia elétrica com foco em energia limpa e renovável, que atuam, exclusivamente, na produção e comercialização de energia elétrica.

A Assuruá 1 e suas controladas diretas operam 3 empreendimentos, denominados complexo Assuruá (“UGC Assuruá”), com capacidade total instalada para geração de 68 MW1 de energia renovável, localizados no estado da Bahia.

A energia produzida é vendida por meio de contratos de longo prazo no ambiente regulado (ACR), obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação ou por meio de contratos em ambiente de livre negociação (ACL), cujos preços sofrem oscilações decorrentes da oferta e demanda de mercado. A Assuruá 1 opera parques eólicos e gerência suas atividades de maneira consolidada, considerando apenas um único segmento de negócios e uma única unidade geradora de caixa (“UGC”).

As atividades da Companhia e de suas controladas, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

As atividades da Companhia e de suas controladas, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACL – Ambiente de Comercialização Livre;
- CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- PLD – Preço de Liquidação das Diferenças
- MCP – Mercado de Curto Prazo; e

1 Informação não auditada

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; e (ii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 14 de março de 2025, data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Companhia é o real ("BRL" ou "R\$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos e transações da controladora e de suas controladas diretas e indiretas ("controladas"). A política contábil para a classificação dos investimentos e sua consolidação está descrita na Nota 7.

As controladas, diretas e indiretas, bem como as participações em joint ventures e respectivas atividades agrupadas por unidade geradora de caixa (UGC) são as seguintes:

Controladas diretas	Localização das operações	Atividade e UGC	% Participação total	
			2024	2023
Assuruá I I Energia S.A.	Bahia	Geração de energia eólica	100%	100%
Assuruá I II Energia S.A.	Bahia	Geração de energia eólica	100%	100%
Assuruá I III Energia S.A.	Bahia	Geração de energia eólica	100%	100%

2.5 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor. As políticas contábeis das controladas e joint venture são ajustadas, quando aplicável, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Serena.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

2.6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
8	Imobilizado

2.7 Novas normas e interpretações contábeis

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados e/ou emitidos estão demonstrados a seguir:

Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - apresentação de demonstrações financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (pfs)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e respectivas notas explicativas.

IFRS 19: subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – demonstrações consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais do grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

Alterações ao CPC 18 (R3) – investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 – demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial

Em setembro de 2024, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) emitiu alterações ao pronunciamento técnico CPC 18 (R3) e à interpretação técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do pronunciamento técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a

mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do grupo.

Alterações ao CPC 02 (R2) – efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

Em setembro de 2024, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), emitiu a revisão de pronunciamentos técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo lack of exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no pronunciamento técnico CPC 02 (R2) – efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e no CPC 37 (R1) – adoção inicial das normas internacionais de contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do grupo.

OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Em dezembro de 2024, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), emitiu o OCPC 10, que trata dos critérios e requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência de créditos de carbono (tCO₂e)¹, Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na

originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Este OCPC não tem como objetivo tratar de questões de natureza tributária e jurídica associadas aos créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO). Buscando a primazia da essência econômica sobre a forma jurídica para atingir a representação fidedigna do evento econômico que se propõe representar nas demonstrações contábeis das entidades que reportam. A orientação desse OCPC entra em vigor para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do grupo.

As alterações que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2025 acima descritas não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima

mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

As alterações que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2023 acima descritas não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Serena Energia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da companhia e a continuidade do negócio. A estratégia de gestão de riscos da Companhia, integrada à estrutura de gestão da sua controladora Serena, objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de uma matriz de riscos e impactos, revisada e atualizada periodicamente, que contempla as áreas operacionais, financeira, jurídica, regulatória, gestão de pessoas e funding.

São mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- **Riscos operacionais:** relacionados à eficiência operacional dos ativos, disponibilidade dos sistemas, pessoas e processos internos;
- **Riscos climáticos:** relacionados a sazonalidade das receitas;
- **Riscos de mercado:** relacionados a preços, inflação e taxas de juros;
- **Risco de crédito:** Relacionados aos créditos com clientes e investimentos financeiros;
- **Risco de liquidez:** relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras.

3.1 Riscos operacionais

A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para as atividades de operação e manutenção (“O&M”) de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente o próprio fornecedor dos equipamentos, e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante. A gestão desse risco é feita no sentido de garantir a disponibilidade e a eficiência operacional das usinas, sendo mantidos planos de manutenção e monitoramento semanal, além de planos de manutenção preventiva e inspeção rotineira dos ativos semestralmente, bem como o acompanhamento tempestivo da geração de energia nos parques, de forma a realizar intervenções necessárias, inclusive em relação aos prestadores de serviços, para corrigir desvios.

A Companhia depende dos serviços de profissionais técnicos na execução de suas atividades e caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode gerar custos adicionais. A área de gestão de pessoas da Companhia possui um processo estruturado para contratar e/ou repor pessoas chave para posições técnicas e de liderança da organização, além de manter objetivos e programas para seu desenvolvimento contínuo e retenção.

Adicionalmente, os processos e sistemas da Companhia contam com um ERP que garante a integração das informações das áreas de negócios com os sistemas contábeis e gerenciais da Serena e são atualizados periodicamente para capturar alterações processuais relevantes e avanços no ambiente tecnológico.

3.2 Risco climático

Os contratos de venda de energia no mercado regulado têm estrutura que mitiga o impacto financeiro de intermitências do recurso eólico. Os contratos são realizados pela modalidade disponibilidade, com pagamentos mensais, sem obrigação mensal de entrega de energia. Além disso, para as obrigações anuais são definidas bandas inferiores e superiores de geração, de forma que não haja impacto econômico para os ativos se a geração de energia estiver dentro dessas bandas (neste dispositivo, são estabelecidos limites inferiores (-10%) e superiores (30% para o 1º ano, 20% para o 2º ano e 10% para o 3º ano e 0% para o 4º ano, os quais funcionam como estabilizadores do fluxo financeiro). As variações de geração são necessariamente equalizadas apenas a cada 4 anos, quando qualquer variação negativa ou positiva é liquidada. Em relação às análises anuais, quando a geração acumulada em determinado período estiver acima ou abaixo dessa banda, liquida-se o excedente a esta banda ao preço de liquidação das diferenças ("PLD") (quando acima) ou ao máximo entre a PLD ou o preço contratual (quando abaixo). Um dos oito parques que compõem a UGC CEA II não está sujeita a esse mecanismo, pois as variações de geração são ajustadas pelos preços e penalidades definidas previamente nos contratos.

3.3 Risco de mercado

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas, sujeitas ainda a TJLP e a índices de inflação. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia de longo prazo em vigor possuem cláusula de reajuste inflacionário anual, o que representa um hedge natural para as dívidas e obrigações indexadas aos índices de inflação.

A Companhia comercializa energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao PLD decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). Parcela substancial da energia comercializada está vinculada aos contratos no ACR, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços. Eventualmente, com vistas a ajustar sua posição estrategicamente ao momento de mercado, a Companhia pode adotar o expediente da descontratação de energia, que consiste em desvincular a energia gerada do ACR para negociá-la no ACL, de acordo com as regras da ANEEL.

3.4 Risco de crédito

Os riscos de crédito decorrem das operações comerciais da Companhia, incluindo os compromissos futuros de venda já contratados ou de investimentos financeiros.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras no ACL, a Companhia exige garantias que podem ser fiança bancária ou outra modalidade de garantia, de acordo com a política de crédito. No ACR, os clientes decorrem dos contratos provenientes dos leilões promovidos pela ANEEL, por meio da CCEE, cujo padrão contratual estabelecido na Convenção de Comercialização de Energia Elétrica na Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, requer a constituição de garantias financeiras como condição necessária à adesão e à operação do agente de mercado no âmbito da CCEE. Esse mecanismo minimiza o risco de crédito da contraparte nesses contratos nas operações liquidadas no curto prazo.

Em relação aos investimentos financeiros, limites de crédito são avaliados e praticados para cada contraparte com a qual temos exposição de crédito. Além disso, a Companhia busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, sendo resumida no quadro a seguir:

	Nota	Consolidado	
		2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.568	32.212
Clientes	5	4.718	7.494
Caixa restrito	4	17.492	11.954
Total		54.778	51.660

3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos com o BNDES e Debêntures emitidas, sendo seus vencimentos contratuais demonstrados na Nota 9.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. Eventualmente, podem ser utilizados instrumentos de adiantamento de capital ou as contas reservas vinculadas aos empreendimentos para coberturas pontuais de caixa.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, a Companhia tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas têm sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na Nota 9.5.

3.6 Seguros (não auditado)

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil e patrimonial que cobre, entre outros riscos, fogo ou danos às propriedades da Companhia, como por exemplo danos elétricos/materiais, quebra de máquinas, roubos/furtos de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de raios, explosão, implosão e queda de aeronaves, além de danos causados a terceiros. Além disso, a Companhia possui, também, cobertura de lucros cessantes que indeniza a perda de lucro líquido e despesas fixas em decorrência de danos materiais que incorram em interrupção dos seus negócios pelo período de até 12 meses. A Companhia acredita que há baixo risco de impacto financeiro decorrente de eventual interrupção em um dos seus negócios dada a diversificação de seu portfólio. A Assuruá 1 acredita que mantém seguros adequados ao mercado de atuação da Companhia no Brasil. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate, junto ao próprio emissor, em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos

auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas a operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	Consolidado	
	2024	2023
Banco	119	4.931
Aplicações financeiras de liquidez imediata	32.449	27.281
Caixa e equivalentes de caixa	32.568	32.212
Aplicações financeiras - Caixa restrito	17.492	11.954
Total	50.060	44.166

Em 31 de dezembro de 2024, o caixa e equivalentes de caixa incluem, além dos saldos em contas bancárias, certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e cotas de fundos de investimentos em títulos públicos, com liquidez diária e resgatáveis junto ao emissor.

As aplicações financeiras classificadas como caixa restrito e mantidas no ativo não circulante incluem instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos obtidos junto ao BNDES, descritos na Nota 9.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria empréstimos e recebíveis e representam os valores a receber pela venda de energia efetuadas pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia, esta matriz é revisada de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

A prática contábil sobre o reconhecimento de receitas está apresentada na Nota 14.

	Consolidado	
	2024	2023
Contratos LER	4.713	4.522
Consumidores livres e distribuidoras	5	2.972
Total	4.718	7.494

Contas a receber regulado (LER): representados por contas a receber LER no âmbito de contratos adquiridos em leilões. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários. Possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Não há saldos relevantes em atraso em, portanto, não foi necessário o registro de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Consolidado	
	2024	2023
Tributos a recuperar		
IRRF/CSLL	794	916
PIS/COFINS	227	227
Tributos diferidos	1.027	704
Adiantamento a fornecedores	49	49
Partes relacionadas (Nota 12)	15.669	-
Despesas a apropriar	771	333
Ativos de indenização na aquisição de empresas	650	650
Depósitos judiciais	257	273
Outros	-	360
Total	19.444	3.512
Apresentados no ativo:		
Circulante	17.510	1.700
Não Circulante	1.934	1.812

A natureza das principais contas do grupo é descrita abaixo.

Tributos a recuperar: contemplam créditos tributários apurados na esfera federal (PIS, COFINS, IR e CSLL) e estadual (ICMS) decorrentes das operações comerciais da Companhia, de investimentos financeiros e da aquisição de equipamentos. Os saldos de IRPJ e CSLL incluem retenções referentes aos resgates das aplicações financeiras.

Partes relacionadas: referem-se a rateios de despesas pelo compartilhamento de estrutura e operações de Mútuo à funcionários, conforme detalhado na Nota 12.

7. INVESTIMENTOS

Política contábil

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas consolidadas, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre as empresas consolidadas são eliminados. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

7.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Assuruá I II	Assuruá I I	Assuruá I III	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	121.029	79.398	74.613	275.040
Investimentos - Dividendos	(2.014)	-	(296)	(2.310)
Resultado de equivalência patrimonial	8.479	(1.343)	1.248	8.384
Redução de capital	(10.164)	6.010	(1.425)	(5.579)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	117.330	84.065	74.140	275.535

7.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Assuruá I II	Assuruá I I	Assuruá I III	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	123.128	79.325	75.145	277.598
Resultado de equivalência patrimonial	18	1.689	749	2.457
Redução de capital	(2.117)	(1.616)	(1.281)	(5.015)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	121.029	79.398	74.613	275.040

7.3 Apresentação das demonstrações financeiras das investidas sumarizadas

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
Assuruá I I Energia S.A.	125.805	41.741	84.065	8.479
Assuruá I II Energia S.A.	168.645	51.315	117.330	(1.343)
Assuruá I III Energia S.A.	110.850	36.709	74.140	1.248

8. IMOBILIZADO

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

Os custos de descomissionamento dos parques são contabilizados no custo inicial do ativo imobilizado com base em projeções dos custos que se esperam incorrer para desmontar os parques eólicos e restaurar a localidade realizadas pela Companhia. Os valores são amortizados com base nos prazos de autorização dos parques e o passivo, registrado ao valor presente, é recomposto pela taxa de desconto estimada inicialmente, em contrapartida de uma despesa financeira.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

A composição e movimentação dos saldos consolidados é apresentada a seguir:

8.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Máquinas e equipamentos	Edificações	Imobilizado em curso	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	342.803	141	720	287	343.951
Adições	719	-	-	72	791
Depreciação	(19.186)	(5)	-	(100)	(19.291)
Transferências	607	-	(720)	113	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	324.943	136	-	372	325.451

8.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Máquinas e		Imobilizado		Total
	equipamentos	Edificações	em curso	Outros	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	360.550	146	699	331	361.726
Adições	225	-	21	-	246
Baixa	(62)	-	-	-	(62)
Depreciação	(19.167)	(5)	-	(44)	(19.216)
Remensuração	1.257	-	-	-	1.257
Saldos em 31 de dezembro de 2023	342.803	141	720	287	343.951

Não houve juros capitalizados ao imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

As vidas úteis utilizadas para o cálculo e registro da depreciação no exercício de 2024 são as seguintes:

UGC	Taxa de depreciação		
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Outros
UGC Assuruá I	4,60%	4,00%	14,70%

A Companhia não alterou sua expectativa das vidas úteis dos ativos no exercício.

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados à um ativo qualificado em construção. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

9.1 Composição do saldo

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	Total 2023
Em moeda nacional						
BNDES	10.192	9.507	96.630	105.235	106.822	114.742
Debêntures	5.292	2.720	33.344	36.576	38.636	39.295
	15.484	12.227	129.974	141.811	145.458	154.037
Custo de transação	(204)	(215)	(553)	(723)	(757)	(937)
Total	15.280	12.012	129.421	141.088	144.701	153.100

Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias por UGCs da Companhia está apresentado a seguir:

	Instituição financeira	Vencimento final	Forma de pagamento	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	Consolidado	
						2024	2023
Assuruá	BNDES	Novembro/2032	mensal	TJLP + 2,92%	Fiança bancária, conta reserva, alienação do ativo e ações	106.822	114.742
Assuruá	Debêntures	Novembro/2030	mensal	IPCA + 7,81%	Fiança bancária, conta reserva, alienação do ativo e ações	38.636	39.295
						145.458	154.037

9.2 Movimentação do saldo

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures do exercício é demonstrada a seguir:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	153.100
Pagamento de principal	(10.768)
Encargos financeiros pagos	(13.310)
Encargos financeiros provisionados	15.498
Amortização de custo	181
Saldos em 31 de dezembro de 2024	144.701

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	160.193
Pagamento de principal	(9.851)
Encargos financeiros pagos	(13.525)
Encargos financeiros provisionados	16.147
Amortização de custo	136
Saldos em 31 de dezembro de 2023	153.100

9.3 Cronograma de pagamento

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida são os seguintes:

	Principal	Juros	Total
2025	13.243	2.240	15.483
2026	14.300	1.477	15.777
2027	15.617	1.626	17.242
2028	17.200	1.847	19.047
2029	19.420	2.291	21.710
2030 a 2032	53.759	2.438	56.198
	133.539	11.919	145.458

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de projeção, considerando os fluxos contratuais de amortização de principal, juros e estimativas de inflação e de curva de juros básicos.

9.4 Garantias

As garantias dos financiamentos das Controladas são as usuais a um Project Finance, incluindo (conforme descrito na Nota 9.1): contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

9.5 Covenants financeiros

O Grupo está sujeito a índices de restrição de endividamento (covenants), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). O não cumprimento desses covenants pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontrava-se integralmente adimplente em relação aos covenants. O cálculo de atingimento do ICSD é apresentado a seguir:

	BNDES e Debentures 2024	Caixa 2024
(+) Caixa e equivalentes Aref-1	32.568	N/A
(-) Caixa restrito	-	N/A
(+) Contas reservas especiais	-	N/A
= Saldo final de caixa do ano anterior (a)	32.568	-
(+) Lucro líquido do exercício	2.661	2.661
(+) Despesas (receitas) financeiras líquidas	12.934	12.934
(+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais	3.693	3.693
(+) Depreciações e amortizações	19.443	19.443
(+) Quaisquer outras (receitas) ou despesas sem efeitos financeiros	-	-
(+) Resultado de itens não recorrentes após tributos	-	-
EBTIDA consolidado ajustado	38.731	38.731
(+) Imposto de renda e contribuição social devidos (pagos ou provisionados) no Aref	(3.693)	(3.693)
(+) Investimentos realizados no Aref	N/A	(791)
(+) Distribuição de capital a qualquer título prevista para o ano seguinte (Nota 15.2)	-	-
(+) Resgate/aportes das contas de reservas de serviço de dívida e de O&M realizados no Aref	N/A	(684)
Geração de caixa das atividades (b)	35.038	33.563
(+) Somatório dos 12 meses de pagamento de amortização de principal realizado no ano de referência, exceto a referente ao "Subcrédito social"	10.768	10.768
(+) Somatório dos 12 meses de pagamento de juros realizado no ano de referência, exceto a referente ao "Subcrédito social"	13.310	13.310
Serviço da dívida (c)	24.078	24.078
ICSD auferido ((a) + (b)) / (c)	2,81	1,39

10. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2024	2023
Fornecedores O&M, equipamentos e serviços	859	1.597
Compra de energia	11.397	1.054
Contas a pagar ACR	3	8.621
	12.259	11.272
Apresentados no passivo:		
Circulante	3.194	4.983
Não circulante	9.065	6.289

Fornecedores O&M e serviços gerais: representados substancialmente pelos fornecedores de O&M. Conforme descrito na Nota 3.1., a Companhia contrata com prestadores de serviços terceirizados as atividades de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

Compra de energia: as compras de energia são realizadas substancialmente para a cobertura das garantias físicas das UGCs, de acordo com a estratégia de sazonalização de cada unidade.

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Partes relacionadas (Nota 12)	5.365	4.835	3.200	366
Serviços	-	-	1.749	51
Provisões diversas	-	-	1.406	1.323
	5.365	4.835	6.355	1.740
Apresentados no passivo:				
Circulante	3.372	3.372	4.949	416
Não Circulante	1.993	1.463	1.406	1.324

12. PARTES RELACIONADAS

As informações apresentadas a seguir estão resumidas por UGC contraparte, quando forem relacionados aos saldos com empresas dentro do grupo sob controle da controladora direta e indireta Serena Energia e Grupo Omega Desenvolvimento, que incluem empresas controladas por fundos geridos pela Tarpon (gestor do grupo de fundos de investimentos controladores de Serena), envolvidas com o desenvolvimento e implantação de projetos, mas sem participação acionária pela Companhia.

12.1 Ativos e passivos

O grupo de outros créditos e outras obrigações referem-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

12.1.1 Controladora

	2024		2023
	Ativo Dividendos a receber	Passivo Outras obrigações	Passivo Outras obrigações
UCG Assuruá 1	2.310	5.362	4.832
Serena Energia	-	3	3
Total	2.310	5.365	4.835

12.1.1 Consolidado

	2024			2023		
	Ativo		Passivo Outras obrigações	Ativo		Passivo Outros créditos
	Clientes	Fornecedores		Clientes	Outros ativos	
Assuruá 4 & 5	-	-	16	-	-	-
Serena Energia	-	-	326	-	-	27
Assuruá	-	-	121	-	-	-
Serena Desenvolvimento	-	-	8	-	-	2
CEA II	-	-	-	-	-	40
CEA IV	-	-	-	-	-	1
OMC	-	-	-	-	-	3
Serena Geração	15.669	1.622	1.107	2.970	990	293
Total	15.669	1.622	1.578	2.970	990	366

12.2 Demonstração de resultados

12.2.1 Consolidado

	2024			2023		
	Receita	Custos	Gerais e administrativas	Receita	Custos	Gerais e administrativas
Comercializadora (OMC)	-	-	-	-	-	(4)
CEA II	-	-	-	-	-	(62)
CEA IV	-	-	-	-	-	(3)
Serena Geração	15.669	(3.652)	(2.627)	2.970	(990)	(1.131)
Grupo Omega Desenvolvimento	-	-	-	-	-	(5)
Assuruá 4 & 5	-	-	(31)	-	-	-
Assuruá	-	-	(239)	-	-	-
Serena Energia	-	-	(410)	-	-	-
Serena Desenvolvimento	-	-	(19)	-	-	3
Total	15.669	(3.652)	(3.326)	2.970	(990)	(1.202)

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

A remuneração dos acionistas se dá sobre a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido.

13.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é R\$ 248.370, representado por 310.537.104 ações ordinárias e (2023 no ano de R\$ 310.437, representado por 310.537.104 ações ordinárias). As ações da Companhia são detidas integralmente pela controladora Serena Geração.

Em 2024 a Companhia efetuou a redução do capital social no montante de R\$ 62.167.955.

Em 2024 a Companhia efetuou aumento no capital social no montante de R\$ 100.

13.2 Distribuição dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou lucros no exercício, porém não ocorreu destinação pois esse lucro foi absorvido no prejuízo acumulado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresentou lucros no exercício.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração), ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração e compras), denominado balanço energético, que credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

O quadro a seguir apresenta a receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	Consolidado 2023
Vendas no ACR		
Excedente/(déficit) CCEAR	(2.776)	(1.637)
LER	54.521	52.834
MCP	6	5
Partes relacionadas	15.669	2.970
Impostos e deduções de vendas	(1.802)	(2.046)
	65.618	52.126

15. CUSTOS DA OPERAÇÃO E COMPRA DE ENERGIA

	2024	Consolidado 2023
Compra de energia	(3.680)	(1.011)
Depreciação e amortização	(19.443)	(19.329)
O&M	(12.213)	(10.931)
Encargos regulatórios	(5.104)	(5.091)
Crédito de carbono	(413)	-
Outros	(1.780)	(792)
	(42.633)	(37.154)

Parcela substancial dos custos de O&M é contratada com prestadores de serviços terceirizados, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	Consolidado 2023
Despesas de pessoal	(2.688)	(945)
Serviços de consultoria e auditoria	-	(11)
Serviços de terceiros	(382)	(157)
Publicações e propaganda	-	-
Outras	(74)	(188)
	(3.144)	(1.301)

17. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	5	2	4.187	4.414
Outras receitas	5	3	(11)	31
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	-	-	-	-
	10	5	4.176	4.445
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.919)	(4.859)	(15.498)	(16.147)
Comissão sobre fiança	-	-	(1.238)	(1.359)
Custo de transação	(182)	(136)	(182)	(136)
Outras despesas	(628)	(658)	(192)	(282)
	(5.729)	(5.653)	(17.110)	(17.924)
Resultado financeiro líquido	(5.719)	(5.648)	(12.934)	(13.479)

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, pelo método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado		
	2024	2023	Categoria
Caixa e equivalentes	32.568	32.212	A
Aplicações financeiras - Caixa restrito	3.194	11.954	A
Clientes	4.718	7.494	A
Empréstimos, financiamentos e debêntures	144.701	153.099	A
Fornecedores	12.259	11.272	A

A – Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação ao caixa restrito, são efetuadas aplicações em títulos de taxas pós fixadas, atreladas ao CDI e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações contratadas substancialmente com o BNDES, remuneradas à TJLP, que é um instrumento de financiamento de projetos de longo prazo, para o qual não existe um mercado ativo, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia apresentados acima são classificados a nível 2 da hierarquia de valor justo.

19. LAJIDA - Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização / EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization

As premissas e dados divulgados nesta nota explicativa não fazem parte do escopo da auditoria destas demonstrações financeiras e, conseqüentemente não foram revisadas ou examinadas pelos nossos auditores independentes.

	2024	2023
Prejuízo do exercício	2.661	(3.187)
(+) IRPJ/CSLL	3.693	3.378
(+) Resultado financeiro	12.934	13.479
(+) Depreciação e amortização	19.443	19.330
EBITDA	38.731	33.000

* * *

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Assuruá 1 Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Assuruá 1 Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Assuruá 1 Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Emerson Del Vale Da Silva
Contador CRC 1SP-237.439/O-9